

Entrelaçando

Revista Eletrônica de Culturas e Educação
N. 6 • V 1 • p. 11-23 • Ano III (2012) Set.-Dez. ISSN 2179.8443

Caderno Temático IV

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial

“TERCEIRO SETOR” E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: classes em consenso ou camuflagem de conflitos?

Cassiana Mendes dos Santos Almeida¹

David Romão Teixeira²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo:

A compreensão do modo de produção capitalista e do Estado é de suma importância para o desvendamento do verdadeiro lugar ocupado pela Educação do Campo difundida pelo “Terceiro Setor” na atual configuração da sociedade. Esse texto é o primeiro capítulo da monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A mesma é intitulada: “A proposta educativa do MOC e a luta de classes: recuo teórico e distanciamento do projeto revolucionário”. Em linhas gerais o trabalho busca entender a educação difundida pelas entidades não governamentais, partindo da compreensão de como dá a relação do Capital e Estado. O nosso intuito é ampliar a discussão acerca do “Terceiro Setor” ao debate da totalidade social, desmitificando a terceirização dos serviços por parte do Estado, a qual está diretamente ligada aos interesses capitalistas. Sendo assim, o cerne da discussão é a luta de classes determinada a partir das contradições e interesses sociais, ou seja, entre Capital e Trabalho. Entendemos que isso é a base para o entendimento de como tem se dado a Educação do Campo disseminada pelas organizações do “terceiro setor” no Semiárido Brasileiro. Para traçar essa discussão, o texto está dividido em três debates, a saber: Capital X Trabalho Assalariado: uma relação histórica; O Estado - instrumento operacional indispensável ao Capital; Funcionalidade e limites do “Terceiro Setor”: sustentação da ordem capitalista.

Palavras chave: Capital. Estado. Terceiro Setor. Educação do Campo

¹ Licenciada em Pedagogia pela UNEB – Campus XVI. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro – UFRB – CFP. Membro do Coletivo de Estudos e Pesquisas: Educação e Emancipação Humana – CEPEHU. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física – UFRB. E-mail cmsa_cassiana@yahoo.com.br

² Orientador. Professor Assistente do CFP/UFRB. Mestre em Educação - UFSC, Especialista em Metodologia em Educação Física, Esporte e Lazer - UFBA (2006). Grupos de Pesquisa: LEPEL/UFBA GEPEFE/UFRB. E-mail: david_romao@yahoo.com.br

Introdução

Nos últimos anos é possível registrar inúmeras organizações sociais desenvolvendo atividades que há algum tempo eram de obrigação exclusiva do Estado. Isso se deve à insustentabilidade do Capital que tem buscado alternativas na tentativa de escapar da crise do seu projeto. Uma das saídas encontradas tem sido a terceirização dos serviços públicos com o fim de criar uma visão de um sistema de produção solidário.

A exemplo desses serviços terceirizados está a educação. Nos últimos anos, ela tem recebido investimento significativo por parte do Estado e de empresas particulares. No entanto, a execução do processo é realizada através de entidades do “Terceiro Setor”, justificada pela ideia de que as entidades não governamentais têm muita autonomia e são inovadoras, portanto contribuem para a quebra do engessamento escolar.

O princípio da Educação do Campo no Semiárido Brasileiro elaborado por entidades “não governamentais”, por se desdobrar em atender demandas imediatas, constituiu-se basicamente num alicerce no processo de superação do modelo do “combate às secas”, priorizando saberes locais em detrimento de conhecimentos científicos que ajudam na superação das relações sociais de dominação que também existem no Semiárido.

Entretanto, não existem análises acerca das reais causas dessa tendência na atualidade. Nos textos publicados por essas entidades sobre a Educação do Campo não situam o verdadeiro lugar ocupado pelo “terceiro setor” no projeto do Capital. Para compreender esses conflitos impostos à Educação do Campo, fez-se necessário entender qual o verdadeiro papel do “terceiro setor” ao difundir práticas supostamente consensuadas numa sociedade tão conflituosa, como é a sociedade capitalista. O presente texto trata de situar a relação entre Capital, Estado e “Terceiro Setor”.

Capital X Trabalho Assalariado: uma relação histórica

O surgimento do modo de produção capitalista coincide exatamente com o início da luta pela superação do modo de produção feudal, quando as classes burguesas e camponesas começam a contestar a ordem social em que o poder era centralizado na Igreja e em setores da nobreza feudal. Já no cerne do seu nascimento ele se pauta num sistema estruturado à produção e consumo de mercadorias, associando capital e trabalho assalariado, com o objetivo de gerar lucro através da exploração do trabalho e da natureza. A decadência do Feudalismo permitiu o surgimento de novas

classes³: a) a *burguesia*, originalmente formada por capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado e; b) o *proletariado*, que é compreendida aqui como a classe de assalariados modernos que, por não ter meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem (MARX; ENGELS, 2003, p. 26).

O poder econômico onipotente da sociedade burguesa é o Capital que mantém relação direta com o trabalho, haja vista que não existe capital sem trabalho. Todavia, essa relação funda classes antagônicas, ou seja, que têm interesses sociais opostos: a classe burguesa se põe inteiramente como o fundamento de uma concepção de mundo, de uma organização social, econômica, política, ideológica e cultural; a classe operária aparece enquanto o pilar de sustentação desse modo de produção. É ela quem garante a força de trabalho necessária para que a sociedade capitalista se mantenha dominando e impondo seus ideais.

Faz-se necessário salientar, que as formas reais dessas classes mudam continuamente, mas a relação fundante é a compra e venda da força de trabalho: coloca duas classes sociais em luta e dá origem a duas concepções de mundo, ou seja, dois projetos de sociedade incompatíveis. Mézáros em sua obra “*Para além do Capital*” analisa essa relação antagônica, como característica própria do sistema do capital, que prioriza a produção e acumulação de riquezas e em contraposição secundariza as reais necessidades humanas:

A relação social mercantilizada e reificada entre os sujeitos produtivos e seu controlador agora independente - que, como questão de direitos materialmente constituídos e legalmente impostos, age como o único proprietário das condições de produção e auto-reprodução dos trabalhadores - apresenta-se de maneira mistificada e impenetrável. Igualmente, a tarefa da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida de modo fetichizado como a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção, das quais o ser humano que sente e padece nada mais é senão uma parte estritamente subordinada, enquanto um "fator material de produção". E já que o sistema produtivo estabelecido, sob a regência do capital, não pode reproduzir a si próprio, a menos que possa fazê-lo em uma escala sempre crescente, a produção deve apenas ser considerada a finalidade da humanidade, mas - enquanto um modo de produção ao qual não pode haver alternativa - deve ser tomada como premissa que a finalidade da produção é a multiplicação sem fim da riqueza (MÉSZÁROS, 2009, p. 611-612).

³O capitalismo é discutido aqui enquanto o modo de produção que se pauta na propriedade privada dos meios de produção, e da exploração do trabalho humano. Já o trabalho é entendido como a matriz fundante da sociedade humana que estará sempre presente, em qualquer forma social e histórica: se comunidade primitiva, aparecerá como trabalho do homem primitivo; se escravismo será pautado no trabalho escravo; se feudalismo a forma será o trabalho do servo; já no capitalismo o trabalho assalariado será a forma predominante.

Como podemos ver, quando a sociedade capitalista emerge, os burgueses eram quem detinham os meios de produção, e ao invés de optarem pela estruturação do trabalho coletivo, preferiram dominar a outra parte da sociedade, os proletários, explorando sua única fonte de sobrevivência: sua força de trabalho. Quando isso acontece, a burguesia passa a controlar, além dos meios de produção, todas as formas de relação social. Isso porque ela não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção, as relações de trabalho e todas as outras relações sociais. Exemplo disso é a submissão do trabalho manual ao trabalho intelectual. Assim, na mesma proporção em que a burguesia cresce, desenvolve-se também o proletariado, pois a força de trabalho é uma mercadoria e depende da situação do mercado: “a condição essencial da burguesia é o capital e; a condição essencial deste é o trabalho assalariado” (MARX; ENGELS, 2003, p. 37). Nesse caso, elas condicionam-se reciprocamente.

Diante da abordagem anterior é preciso esclarecer que o trabalho assalariado é a forma predominante na ordem do Capital, e não necessariamente o trabalho de forma genérica. Sabemos que este não está condenado à subordinação do modo de produção capitalista, haja vista que em outras épocas o trabalho se efetivou de outras formas, que não a forma assalariada. A citação de Mészáros ajuda nessa compreensão:

A relação entre capital e trabalho não é simétrica. Isto significa que, enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável. Em outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 30-31).

Percebe-se que o trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, a força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. Isso só vem acontecer com a expansão do capitalismo no século XVIII, tornando-a o único meio de sobrevivência do operário, o que garante as suas condições necessárias de vida. Apesar do trabalho assalariado já existir antes do Capital, é no momento do seu nascimento que esse formato se torna predominante na sociedade.

A divisão do trabalho tem forte ligação com a propriedade privada. Ao mesmo tempo em que a primeira sustenta a segunda, esta só existe por conta da divisão do trabalho e, conseqüentemente conta com o trabalho assalariado para condicionar uma classe à outra. Em estudo anterior, averiguamos que,

apesar dessa forte ligação entre capital e trabalho, em que o trabalhador depende do capital para sua sobrevivência e o capital depende do trabalhador para se efetivar enquanto modelo de produção, existe uma contradição: enquanto a produção social da vida é coletiva, a apropriação dessas objetivações se dá de forma privada, dada a natureza dessa relação social chamada capital. Essa situação gera um desconforto para o proletariado que vêem na

sua atividade trabalhista um sacrifício, uma obrigação, pelo fato de ser explorado. Essa contradição faz emergir os conflitos entre a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores (ALMEIDA 2011, p. 19).

Essa insatisfação por parte do trabalhador gera conflitos por melhores condições de vida. Ao longo da história muitas lutas tiveram como objetivo a superação do Capital, exatamente porque seus dirigentes entendiam que a solução para acabar com a exploração do trabalho é acabar com o que o explora: o Capital. Para Marx e Engels, as relações sociais vivenciadas estão em contradição com as forças de produção existentes. Nesse caso, a força de produção, o estado social e a consciência podem entrar em contradição entre si, pois, “com a divisão do trabalho é dada a possibilidade, mais ainda, a realidade de que a atividade espiritual e a material acabam sendo destinadas a indivíduos diferentes” (MARX; ENGELS, 2005, p.58). Percebe-se que por trás da divisão do trabalho há uma intencionalidade, justamente por separar o trabalho material do trabalho espiritual, bem como a teoria da prática.

O capital tem percebido que essas lutas arrefecem seu modelo e geram dúvidas. Por isso ele se renova e formula novas estratégias a fim de se manter no poder. A instabilidade social que desfavorece a classe burguesa, fez surgir um instrumento para amenizar os conflitos e garantir um “consenso” entre as classes, pacificando as relações e impondo sua cultura e decisões. Eis que surge o Estado.

O Estado - instrumento operacional indispensável ao Capital

Estado: surgimento e características

“A origem do Estado reside na emergência da propriedade privada, quando um dado grupo social apropriou-se daquilo que a todos pertencia, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho” (MENDONÇA, 2012, p 349). Na Gens Grega, as primeiras manifestações do Estado já apontavam que este seria um poder público especial. No decorrer da história da humanidade suas formas foram variando conforme as mudanças do setor econômico para bem servi-lo. Essa adaptação mostra que ele é o órgão do capital que facilita a penetração deste na vida das pessoas. A citação a seguir, mostra como ele vai se adequando na medida em que o modo de produção capitalista vai mudando.

O capitalismo nascente, como sistema de produção de mercadorias, dá origem a constituições democráticas nas comunas municipais da Idade Média; mais tarde, em sua forma mais desenvolvida, como sistema de produção manufatureira, encontra na monarquia absoluta a forma política que lhe corresponde. Por fim, como sistema de economia

industrial desenvolvida, produz sucessivamente na França a república democrática (1793), a monarquia absoluta de Napoleão I, a monarquia nobiliária do tempo da Restauração (1815-1830), a monarquia constitucional burguesa de Luís Felipe, e depois, de novo, a república democrática, e depois, mais uma vez, a monarquia de Napoleão III, e enfim, pela terceira vez a república (LUXEMBURGO, 2010, p. 91-92).

No entanto, suas características centrais vêm se perpetuando até os dias de hoje: essa instituição assegura as riquezas individuais, consagra a propriedade privada, ou seja, é um instrumento especial de repressão da classe dominante. De acordo com Engels, quando os homens pensaram o Estado, este já fazia referência a “uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda” (ENGELS, 2010, p. 137).

Estado e sociedade de classes

Como exposto no tópico anterior, no capitalismo, assim como em outras formas de organização social, a classe que detém o poder econômico se apropria do poder político também, isto é, se apropria do Estado. Nesse sentido, o “governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 2003, p.28). A existência do Estado garante a proteção da produtividade do sistema capitalista.

O Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente (MÉSZÁROS, 2009, p. 109).

Corroboramos com Marx e Engels quando os mesmos definem o Estado enquanto um instrumento da classe dominante para representar seu poder político diante da sociedade, que se manifesta como o produto do antagonismo incompatível das classes. A citação a seguir é longa, mas explica em detalhes que os interesses do Estado costumam ser os interesses do mercado e por isso não deixa dúvidas que é um instrumento contribuinte para a manutenção da sociedade classista.

O estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é tampouco, “a realidade da Ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. *É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento.* É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entrededorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da

“ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (...) O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. *O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.* (...) é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes (ENGELS *apud* LENIN, 2007, p. 24-25 - grifos nossos).

A necessidade dos grupos dominantes em assegurar e ocultar a apropriação dos bens materiais fez com que o Estado procedesse através de regras e medidas coercivas aptas a manter os dominados nessa condição sem se rebelarem contra eles. Nessa empreitada, criou-se uma imagem ilusória do Estado, por parte da própria burguesia, como sendo um aparelho que se posiciona entre os interesses coletivos e os interesses particulares⁴, quando na verdade ele está representando apenas uma classe social: a dominante. Nesse sentido, Marx e Engels, foram incisivos ao considerar que as lutas não podem se restringir ao âmbito do Estado, por exemplo: luta pela democracia; luta por direitos; etc. Então defendiam que as lutas deveriam se dá na tentativa da superação do *status quo*, inclusive da superação do Estado.

O Estado não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal de desenvolvimento da produção, que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, como se torna mesmo um obstáculo à produção. As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu das antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze (ENGELS *apud* LENIN, 2007, p. 32-33).

Como forma de superação dessa organização social – capitalismo – os autores apresentam o *Comunismo* como o movimento real que supera o *status quo* (MARX; ENGELS, 2005, p. 63). Essa nova forma eliminará a propriedade privada, e conseqüentemente o trabalho assalariado, e este último será substituído pelo trabalho emancipado que é baseado na livre organização dos produtores associados. Entretanto o proletariado terá, primeiramente, que tomar o poder político – o Estado – para se afirmar enquanto projeto social.

Caracterização do papel do Estado e a sua “ineficiência” na execução das atividades: o embalo para a terceirização dos serviços

⁴ Entende-se por interesses particulares, os interesses do capital.

A análise anterior aponta que a divisão social em classes, provocada pela propriedade privada gera lutas e conflitos que tendem aos antagonismos sociais. Isso faz com que a classe dominante reforme a estrutura estatal para garantir a continuidade dos seus privilégios. Uma das formas encontradas pelo Capital foi a reforma constante do Estado.

Atualmente a principal orientação dessa vertente é transferir determinadas funções, especialmente as que demandam maiores recursos públicos para a classe trabalhadora – tais como saúde, educação e previdência – para a iniciativa privada.

Exemplos disso, dentre tantos outros, encontram-se: a) na privatização (transferência de empresas estatais para a propriedade privada); b) na terceirização (dos serviços de apoio à administração pública); c) na gestão participativa (por parte da sociedade, entidades e organizações não governamentais) (ALMEIDA, 2011, p. 20).

A justificativa para essa descentralização dos serviços é que ela garante melhores condições de atendimentos às especificidades locais, isto é, as ações chegam às comunidades com mais eficiência e eficácia, haja vista que o Estado não tem corpo técnico suficiente nem estrutura para atender tais demandas. Além disso, as atividades desenvolvidas por empresas, fundações, instituições sociais, ONGs, etc. são mais baratas, portanto emerge a necessidade em terceirizar os serviços públicos.

Com tudo isso, ao Estado, cabe uma tarefa ainda maior: evitar que a população perceba que essa ação visa contribuir para o abrandamento das lutas de classes por meio da destruição dos organismos da classe trabalhadora, tais como os sindicatos e os movimentos de lutas sociais. A operação do Estado tem sentido dualista: enquanto garante as condições para o fortalecimento da burguesia, se diz preocupado com as questões sociais, incentivando uma participação (setorizada) dos indivíduos na gerência dos projetos. Dessa forma, “ao mesmo tempo em que reproduz, produz e legitima formas de dominação ou convivência, é a instância de *garantia do sentido público e de universalização dos direitos que asseguram igualmente o acesso ao que é comum*” (LOUREIRO *apud* ALMEIDA, 2011, p. 21 – grifos nossos).

O reformismo do Estado, gerou a fragilização das lutas sociais, manifestadas nos movimentos sociais e sindicatos, e tem favorecido a lógica da descentralização dos serviços como meio para solucionar os problemas sociais, particularizando as lutas, justificado pela ideia de que o Estado é incapaz de realizar tais ações. Emerge assim a importância das ações desenvolvidas pelo “terceiro setor”.

Funcionalidade e limites do “Terceiro Setor”: sustentação da ordem capitalista

O “Terceiro Setor” foi criado por conta da necessidade da manutenção de uma ordem insustentável que, por não encontrar meios perante as contradições de classes, incute na mente das pessoas que a participação na gestão pública é a saída para que se minimizem as diferenças sociais. A análise da obra de Marx e Engels foi decisiva para compreender com amplitude a real situação do “Terceiro Setor”, devido ao fato de permitir fazer uma conexão com a atual situação social encontrada por diversas instituições sociais. Os autores contribuíram no sentido de mostrar que já no século XIX uma parte da sociedade tinha interesse em reformar o cenário capitalista. Mas ao invés de romper com o modelo supracitado, a intenção era, simplesmente, resolver os problemas sociais com medidas pontuais. No prefácio a edição inglesa do *Manifesto do Partido Comunista*, publicada em 1888, Engels afirma o seguinte:

Em 1847, entendia-se por socialistas, de um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos (...); e de outro, os *vários curandeiros sociais*, que, por meio de todos os truques, pretendiam eliminar os problemas sociais, sem constituir perigo para o capital ou o lucro (ENGELS apud MARX e ENGELS, 2003, p.13).

Fazendo uma relação entre a obra de Marx e Engels e o atual cenário social o “Terceiro Setor” tem representado esses “curandeiros” nas últimas décadas. As instituições do “terceiro setor” se fundam no seio dos movimentos sociais, mas quando começam a caminhar e a serem financiadas por recursos públicos e /ou privados tornam-se mais uma estratégia de o capital se renovar e se manter enquanto modo de produção social.

Uma parte da sociedade deseja remediar os custos sociais. E a burguesia se inclui aqui no sentido de garantir a sua continuidade: aqueles que procuram melhorar as condições da classe operária, os organizadores de beneficência (...), enfim, os reformadores de gabinete de toda categoria (MARX; ENGELS, 2003, p. 53).

De acordo com Marx e Engels, os socialistas burgueses querem as vantagens das condições sociais modernas sem as suas lutas e perigos. Esse grupo não tem em mente a abolição das relações burguesas de produção que só pode ser realizada pela revolução. “Tais reformas não afetam as relações entre o capital e o trabalho” (Idem, *ibidem*, p. 63). O “terceiro setor” tem alcançado apenas reformas com política pontuais e para agrupamento sociais específicos. Embora os fundadores das entidades não governamentais tenham se articulado, no início da militância, a movimentos sociais com o ideal revolucionário, com o passar do tempo suas ações se tornaram reivindicatórias e partícipes do projeto capitalista.

O “Terceiro Setor” é caracterizado como uma esfera mais ágil, democrática e popular. Entendemos que ele é um fenômeno real que está inserido, além de ser produto da reestruturação do projeto capitalista, pautado nos princípios neoliberais. Por isso, acentuamos que esse termo tem intencionalidade ligada diretamente com o interesse do Capital em fazer um recorte do social em três esferas: a) 1º Setor: Estado (cuida apenas dos problemas políticos); b) 2º Setor: Mercado (cuida dos interesses econômicos) e; c) 3º Setor: Lutas em Esferas/segmentadoras (é representado pelas organizações civis – não-governamentais – que cuidam do social) (MONTAÑO, 2007).

As instituições que compõem o “terceiro setor” desenvolvem atividades públicas, porém se constituem de direito privado. São muito conhecidas como agências públicas não-estatal. Suas ações se apóiam em interesses particulares com importância públicas, e o valor é a solidariedade no intento de dar respostas às demandas sociais. A forma utilizada para responder as demandas sociais é setorialista e localizada, seu fundamento é a focalização, ou seja, transfere a responsabilidade de resolução dos problemas para o próprio grupo que busca a mudança.

Pelo fato do “terceiro setor” abranger um número diverso de entidades é difícil definir tanto seu conceito, quanto suas características e composição. “Ainda não existe um consenso sobre a composição do terceiro setor, pois abrange desde as organizações não governamentais (ONGs) até fundações, creches comunitárias e atividades sociais em qualquer âmbito, reunindo organizações formais até atividades informais” (PERONI et all, 2009, p. 20)⁵.

A atenção a ações pontuais e emergenciais não dão conta dos problemas sociais e acaba confirmando a dependência dos setores, haja vista que as instituições do “terceiro setor” não têm condições de autofinanciamento e dependem particularmente da transferência de recursos públicos. Além disso, salientamos que essas instituições não são auto-geradoras de recursos, bem como suas ações não são auto-geridas, já que seus projetos devem estar de acordo com as exigências dos financiadores: o Estado ou a iniciativa privada. As instituições do “terceiro setor” procuram consistentemente atenuar as lutas de classes, conciliando os antagonismos, por acreditarem que a realização experimental de suas utopias sociais depende dos sentimentos e dos cofres dos burgueses. No final, acabam não dando respostas estáveis e abrangentes e, conseqüentemente, são levadas à constante consolidação das desigualdades sociais.

⁵ A prova dessa diversidade é a amplitude legal dessas instituições. Vários são os decretos e leis que versam de forma, direta ou indireta, a respeito da criação e operação dessas entidades. A partir da Constituição Federal de 1988 surgiram distintas normas que estabelecem o funcionamento das instituições que compõem o “terceiro setor”. Sobre isso ver MONTAÑO, 2007, p. 200-205.

Para sanar o problema da falta de recursos das organizações sociais foram estabelecidas parcerias. Isso foi ótimo para o Estado, pois para ele é mais barato que instituições sem fins lucrativos prestem serviços pontuais e locais, haja vista que essas não são pressionadas por demandas populares. O Capital, por querer uma comunidade sem confronto - que se preocupa apenas com atividades não criadoras nem transformadoras, voltadas para as necessidades imediatas da localidade - financia as atividades e em contrapartida orienta como o trabalho deve ser executado. Nesse caso, cria-se uma estrutura para que o “terceiro setor” exerça ações que valorizem seus ideais, garantindo assim sua continuidade.

Se não há movimentos contra a ordem capitalista, há uma classe congelada e inteiramente dominada pelas elites sociais. Ao invés de ter a dimensão de lutas, de confronto, de contradição, as entidades não governamentais trabalham com as categorias: interação, entretenimento, consenso, parceria. O foco no cotidiano faz com que as organizações busquem as respostas para questões emergenciais, dando conta de resolver as carências, sem observar a dinâmica interna do problema (MONTAÑO, 2007, p. 165).

Isso acontece porque o “Capital para se reproduzir, deve penetrar todos os espaços da vida social, deve alienar todos os membros da sociedade em todos os espaços das suas vidas” (Idem, p. 266), inclusive nos trabalhos desenvolvidos por instituições sociais. As entidades do “terceiro setor” têm recebido contribuições significativas do Capital para a realização dos seus trabalhos. Um destaque especial tem sido nas ações educativas. O financiamento de projetos na área da Educação, nos últimos anos, ganhou força no intuito de criar nas pessoas a ideia de um sistema solidário e preocupado com as questões sociais, para isso o Capital estabelece diretrizes para a execução das ações, incrementando nelas o ideal da perpetuação do sistema. Vejamos a seguir em detalhes como desenrolou o trabalho das ONGs.

Até os anos 1980, as ONGs articulavam o trabalho dos movimentos sociais, esses lutavam contra a ditadura contra mecanismos de opressão e exploração. Nessa época, o papel das ONGs era “contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes, os recursos captados de organismos estrangeiros” (MONTAÑO, 2007, p. 271). Conclui-se que elas auxiliavam no enfrentamento ao sistema.

Já nos anos 1980-1990 as ONGs passam a serem parceiras do sistema.

Ao segmentar a realidade social em três “setores”, ao considerar o “primeiro”, o Estado, como burocrático, lento, corrupto, ineficiente, radiador dos valores e interesses do capital, e não como uma arena de lutas, e o “segundo”, o mercado, também na exclusiva dominação capitalista, ignorando as lutas de classes ali desenvolvidas, deriva-se necessariamente na conceituação de um “terceiro setor”, a “sociedade civil”, que luta contra, ou em parceria com o Estado; e que nessa luta/parceria, ambos os “setores” são tidos, não como esferas da

totalidade social, mas como verdadeiros *sujeitos*, que ora se confrontam, ora se complementam. Eles são *personificados*: o Estado é o sujeito mau, a sociedade civil (ou o “terceiro setor”) é o mocinho. Assim, tanto se justifica a redução das atividades outrora desenvolvidas por este mau sujeito, quanto se aclama a ampliação das tarefas que o bom sujeito vem a fazer (MONTAÑO, 2007, p. 275-276 – grifos do autor).

As palavras de Montañó são claras na explicação acerca da divisão da sociedade em setores. A fragmentação contribui concretamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais, já que eles passam a ser os responsáveis por apontar as saídas na resolução dos problemas. Na medida em que eles assumem o papel de executor de políticas setoriais, eles se afastam da sua tarefa primária: o rompimento com a ordem do Capital. Rosa Luxemburgo apresenta reflexões importantes para o presente debate acerca da terceirização dos serviços com uma perfeita reprodução dos antagonismos do capitalismo. Em *Reforma ou revolução?* percebemos que as reformas sociais são nada mais que as políticas de compensações.

No atual estado de coisas, consideram a *luta sindical e a luta parlamentar como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado, tendo em vista a conquista do poder. Segundo a concepção revisionista, dada a impossibilidade e inutilidade dessa conquista do poder, devem a luta sindical e a luta parlamentar ter em vista exclusivamente resultados imediatos, isto é, a melhoria da situação material dos operários*, além da redução por etapas da exploração capitalista e extensão do controle social (LUXEMBURGO, 2010, p. 59-60 – grifos nossos).

A tarefa de se ater aos resultados imediatos exige uma nova configuração à educação difundida pelo “terceiro setor”. Os trabalhadores são orientados, nos espaços educativos, a lutar pela participação nas decisões políticas, conquistando o controle social. Dessa forma, abandona-se a luta pela superação do Capital em prol de melhorias em determinadas esferas.

Isso se deve ao fato da transferência dos serviços públicos fundamentais do Estado para as organizações. Ao Estado cabe o financiamento das ações, enquanto o “terceiro setor” fica com a burocracia da gestão que ficam sobrecarregadas com tarefas administrativas, e conseqüentemente, com menores condições de organizar a luta.

Considerações finais

É possível constatar que as classes não estão em consenso. O fato do projeto do capital influenciar uma política de participação social, em que as entidades passam a ser responsáveis em orientar o povo a resolver suas questões, não significa que não existem contradições entre as classes sociais. O que há é uma intenção em camuflar os conflitos por parte do Capital. Para isso, ele utiliza o Estado como intermédio para incentivar ações terceirizadas, assim, ao invés de buscar a superação da ordem capitalista, as organizações se atém a solucionar problemas imediatos.

Dada essas explicações, é possível afirmar que a configuração das organizações do “terceiro setor” tem contribuído para o arrefecimento de algumas lutas sociais, dentre elas a luta pela Educação do Campo. Cada vez mais projetos pontuais são desenvolvidos nas comunidades a fim de camuflar os interesses da classe trabalhadora. O foco tem se dado no desenvolvimento de projetos que não questionam o modo de produção dominante e em ações pontuais que não alteram a ordem vigente.

Referências

- ALMEIDA, C. M. S. **A presença do Terceiro Setor na construção da concepção de Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. Monografia (graduação em Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVI. Irecê- BA, 2011.
- ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: www.pstu.com.br Acesso: 29/01/2012.
- MENDONÇA, S. R. Estado. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 347-352.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PERONI, V. et all. **Terceiro Setor, Terceira Via e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil**. Revista Educação: teoria e prática. 2009, p. 17-35